




Universidade Nova de Lisboa

OMNIS CIVITAS CONTRA SE DIVISA NON STABIT

Faculdade de Ciências e Tecnologia



Integração de crianças com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular

Ana Cristina Serra n.º 14362

Ana Maria Fraga n.º 15748

Márcia Sousa n.º 14446

Nelson Silva n.º 12243

Introdução	1
1. Necessidades Educativas Especiais (NEE)	3
1.1 Tipos de Necessidades educativas especiais	3
1.2 Atendimento de crianças com Necessidades educativas especiais.....	5
1.3 Legislação	6
1.4 A Integração e o princípio da Inclusão	8
2.A integração/Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais em duas escolas	9
2.1 A integração de alunos surdos	9
2.1.1 Caracterização da deficiência auditiva.....	9
2.1.2 Integração e Inclusão dos deficientes auditivos em classes regulares.....	11
2.1.3 A Unidade de Integração de Surdos	11
A Escola	11
Núcleo de Apoio Educativo: Unidade de Integração.....	12
Adaptações escolares e Estratégias de ensino.....	13
Professores e Apoios	14
Relação com a família	15
Encaminhamento profissional	15
Sucesso ou insucesso da Inclusão destes alunos.....	15
2.2 Integração de alunos com Deficiência mental congénita.....	16
2.2.1 Caracterização da Deficiência mental congénita	16
Causas da deficiência mental	17
Identificação e diagnóstico	18
2.2.2 A integração de um aluno portador de deficiência mental	19
A Escola	19
O Aluno.....	19
Adaptações escolares e Estratégias de ensino.....	20
Relação com os professores e colegas.....	21
Relação com a família	22
Encaminhamento profissional	22
Sucesso ou Insucesso da inclusão do aluno	22
Conclusão.....	23
Fontes consultadas.....	25
Anexos.....	26

Introdução

Contextualização histórica

Desde sempre, todas as sociedades têm recorrido a práticas reguladoras face à diferença. Neste contexto, as crianças com Necessidades Educativas Especiais não constituíram excepção.

A História revela uma orientação para medidas extremas e desumanas no sentido de banir da sociedade estas crianças. Na Antiga Grécia, em Esparta, as crianças com deficiências físicas eram isoladas em montanhas, ao passo que na antiga Roma, eram atiradas aos rios.

Durante a maior parte da história conhecida reinaram estas tendências resultantes de regimes absolutistas e ignorantes. É já no século XVIII que pela primeira vez se olha de um modo diferente para a criança deficiente, com o surgimento das teorias mais complacentes e humanistas de Locke e de Rousseau.

As primeiras tentativas concretas de recuperação da criança com deficiências datam do século XIX. O objectivo primordial seria ajustar o indivíduo diferente à sociedade, com vista a ultrapassar preconceitos. Basicamente, tratava-se de um processo de socialização, que serviria o propósito de eliminar algumas das qualidades negativas, fossem elas reais ou imaginárias. Ainda no final do século XIX, médicos e indivíduos de outros campos científicos, ter-se-ão mobilizado para o estudo desses indivíduos inadaptados e diferentes - os deficientes, como na altura eram chamados.

Itard, muitas vezes rotulado de “pai da educação Especial”, foi o primeiro a sistematizar as necessidades educativas de crianças afectadas por esta problemática, ao ter dedicado a sua vida à recuperação de Victor, uma criança encontrada numa floresta francesa e que padecia de uma deficiência mental profunda.

No início do século XX, a teoria psicanalítica de Freud e os testes de Galton para a medição da capacidade intelectual a partir da realização de tarefas sensório-motoras, contribuíram de modo significativo para a expansão do conhecimento. Surge o conceito de “idade mental” e os testes de inteligência

de Binet e Simon, ferramentas que possibilitariam a identificação de situações de atrasos mentais. Como resultado dessa identificação, verifica-se uma tendência para criar escolas especiais, destinadas a crianças que não estariam a tirar benefícios do sistema educativo normal. A esta altura, verificava-se globalmente uma política segregacionista, que remetia a criança com Necessidades Educativas Especiais para “instituições especiais”, asilos, isolando-as assim do grupo maioritário da sociedade. Mesmo nas situações em que as escolas públicas assumiam alguma responsabilidade na educação da criança com NEE, a exclusão manter-se-ia, sendo criadas “classes especiais”, que funcionariam à margem das “classes regulares”.

Estas tendências só começariam a ser invertidas já na segunda metade do século XX, consequência das grandes transformações sociais e intelectuais que tomaram lugar a esta altura da História. A crescente expansão dos conceitos de liberdade, justiça e igualdade vai desencadear reacções de contestação por parte das famílias de crianças com NEE, no que toca às políticas de exclusão ou à falta de programas educativos adequados. Estas convulsões sociais resultariam numa reconstrução do conceito de Educação Especial, através de toda uma série de medidas legais de actualmente visam assegurar um princípio à partida bastante simples: a escola encontra-se à disposição de todas as crianças em uniformidade de circunstâncias, e cabe à comunidade assegurar a existência de programas adequados a qualquer necessidade.

Objectivos e metodologia

O objectivo primordial deste trabalho é inferir acerca do modo como se processa a integração/inclusão de crianças com NEE em turmas do ensino regular. Para o efeito, visitámos duas escolas básicas onde levámos a cabo entrevistas a membros da comunidade educativa que estão directamente relacionados com esta temática. A ideia inicial seria entrevistar também com alunos com NEE, objectivo este que não foi atingido devido a inúmeros entraves que nos foram colocados pelas diversas instituições que contactámos. Além das escolas básicas, visitámos também uma instituição de ensino especial que trabalha apenas com indivíduos com deficiências profundas. Esta visita,

embora tenha contribuído para alargar a nossa visão acerca do assunto em estudo, teve um cariz “menos oficial” e não contribuiu directamente para a realização deste trabalho.

1. Necessidades Educativas Especiais (NEE)

1.1 Tipos de Necessidades educativas especiais

Segundo Brennan (in Correia, 1999, p. 48) “Há uma necessidade educativa especial quando um problema físico, sensorial, intelectual, emocional ou social (...) afecta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo (...) para que o aluno possa receber uma educação apropriada.”

As Necessidades Educativas podem ser de dois tipos: permanentes ou temporárias. As permanentes exigem uma modificação generalizada do currículo, que se mantém durante todo ou grande parte do percurso escolar do aluno. Neste grupo inserem-se as crianças e adolescentes cujas alterações significativas no seu desenvolvimento foram provocadas por problemas orgânicos, funcionais, ou por défices socioculturais e económicos graves.

Uma Necessidade Educativa Especial temporária exige uma modificação parcial do currículo de acordo com as características do aluno, que se mantém durante determinada fase do seu percurso escolar. Podem traduzir-se em problemas de leitura, escrita ou cálculo ou em dificuldades ao nível do desenvolvimento motor, perceptivo, linguístico ou socioemocional.

Segundo Luís de Miranda Correia (Correia, 1999, p.51) as Necessidades Educativas Especiais podem ser de:

- **Carácter intelectual:** enquadram-se neste grupo alunos com deficiência mental, que manifestam problemas globais de aprendizagem, bem como os indivíduos dotados e sobredotados, cujo potencial de aprendizagem é superior à média.

- **Carácter processológico:** abrange crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem relacionadas com a recepção, organização e expressão de informação. Estes alunos caracterizam-se por um desempenho abaixo da média em apenas algumas áreas académicas, e não em todas, como no caso anterior.

- **Carácter emocional:** Neste grupo encontram-se os alunos com perturbações emocionais ou comportamentais graves (ex: psicoses) que põe em causa o sucesso escolar e a segurança dos que o rodeiam.

- **Carácter motor:** Esta categoria abarca crianças e adolescentes cujas capacidades físicas foram alteradas por um problema de origem orgânica ou ambiental, que lhes provocou incapacidades do tipo manual e/ou de mobilidade. Podemos citar a paralisia cerebral, a espinha bífida, a distrofia muscular, amputações, poliomielite e acidentes que afectam a mobilidade.

- **Carácter sensorial:** Este grupo abrange crianças e adolescentes cujas capacidades visuais ou auditivas estão afectadas.

Quanto aos problemas de visão podemos considerar os cegos (não lhes é possível ler, e por isso utilizam o sistema Braille) e os amblíopes (são capazes de ler dependendo do tamanho das letras).

Relativamente aos problemas de audição, temos os surdos (cuja perda auditiva é maior ou igual a 90 decibéis) e os hipoacústicos (cuja perda auditiva se situa entre os 26 e os 89 decibéis).

Para além destes grupos podemos ainda indicar as crianças e adolescentes com problemas de saúde (que podem estar na origem dificuldades de aprendizagem - diabetes, asma, hemofilia, SIDA), com problemas provocados por traumatismo craniano e os autistas.

De modo facilitar a comunicação entre aqueles que lidam com estas crianças, agrupam-se geralmente as Necessidades Educativas Especiais nas seguintes categorias:

- Problemas motores
- Dificuldades de aprendizagem
- Cegos-surdos
- Deficiência mental
- Deficiência auditiva
- Perturbações emocionais graves
- Problemas de comunicação
- Deficiência visual
- Multideficiência
- Dotados e sobredotados
- Autismo
- Traumatismo craniano
- Outros problemas de saúde

1.2 Atendimento de crianças com Necessidades educativas especiais

Segundo Piaget, Bruner e Hunt o desenvolvimento das crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais processa-se através de uma sequência de estádios idêntica à dos alunos "normais". Contudo, este desenvolvimento dá-se a um ritmo mais lento nas áreas de aprendizagem em estas crianças e adolescentes apresentam problemas. Segundo estes autores o seu desenvolvimento será favorecido por um ambiente de aprendizagem activo e está condicionado pelo tipo de interacção com o meio que a rodeia.

Piaget defende ainda que deve existir um ajustamento construtivo entre o estágio de desenvolvimento da criança e o ambiente de aprendizagem, através de uma prática educativa cuidada designada por "processo de equilíbrio".

Os estudos desenvolvidos por Harold Skeels ou pelo Programa Perry para a Pré-escolar indicam que o funcionamento intelectual e o desenvolvimento geral das

crianças com NEE podem ser influenciados por um ambiente rico e estimulante que induz aumentos consideráveis no funcionamento cognitivo destas crianças.

Assim, os objectivos educativos para as crianças com Necessidades Educativas Especiais devem ser semelhantes aos objectivos educacionais das outras crianças, ou seja: melhorar a cognição e a capacidade de resolução de problemas.

1.3 Legislação

Embora a Constituição da República Portuguesa referisse a igualdade de oportunidades ao acesso e sucesso escolar, só com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986 é que se processaram transformações significativas na concepção de “Educação Integrada”. Após esta publicação a escola e o professor do ensino regular passam a ser responsabilizados pelo desenvolvimento de uma estratégia que vise a integração e o ensino de todos os indivíduos, inclusive daqueles “com necessidades educativas específicas”.

Em 1988 é publicado o despacho Conj. 38/SEAM/SERE/88, que cria e define as “Equipas de Educação Especial” como “serviços de educação especial a nível local, que abrangem todo o sistema de educação e ensino não superior” e que, no âmbito das suas atribuições “tem como objectivo genérico contribuir para o despiste, a observação e o encaminhamento, desenvolvendo o atendimento directo, em moldes adequados, de crianças e jovens com necessidades educativas decorrentes de problemas físicos ou psíquicos”.

De acordo com o Decreto-lei n.º 43/89 compete à escola “Desenvolver mecanismos que permitam detectar a tempo dificuldades de base, diferentes ritmos de aprendizagem ou outras necessidades dos alunos que exijam medidas de compensação ou formas de apoio adequadas nos domínios psicológico, pedagógico e sócio-educativo”; “Organizar e gerir modalidades de apoio sócio-educativo em resposta a necessidades identificadas que afectam o sucesso escolar dos alunos” e “Encaminhar alunos com comportamentos que perturbam

o funcionamento adequado da escola para serviços de apoio especializados (...).”.

Segundo o Decreto-lei n.º 35/90 “Os alunos com necessidades educativas específicas, resultantes de deficiências físicas ou mentais, estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos da sua frequência, a qual se processa em estabelecimentos regulares de ensino ou em instituições específicas de ensino especial, quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do aluno”, dispendo de “apoios complementares que favoreçam a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares” e “apoios e complementos educativos que se exercem nos domínios da orientação e psicologia educacional, da acção escolar e da saúde escolar”.

O Decreto-Lei n.º 190/91 define os serviços de Psicologia e Orientação (SPO) como “unidades especializadas de apoio educativo, integradas na rede escolar, que desenvolvem a sua acção nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário” com atribuições no campo da avaliação, planeamento educativo e apoio psico-pedagógico dos alunos com NEE, assim como no estabelecimento de colaboração com os serviços locais de ensino especial e com os serviços de medicina pedagógica e de saúde escolar.

O Decreto-Lei n.º 319/19 introduz o conceito de alunos com Necessidades Educativas Especiais baseado em critérios pedagógicos e não em critérios clínicos, abandona a classificação por categorias de acordo com a deficiência da criança e responsabiliza a escola regular pela procura de respostas adequadas aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Este decreto estabelece o “regime educativo especial”, que se traduz na criação de equipamentos especiais de compensação, adaptações materiais e curriculares, condições especiais de matrícula, de frequência e de avaliação, adequação a organização de classes ou turmas (número máximo de alunos por classe ou turma), apoio pedagógico acrescido e ensino especial. Este decreto-lei estabelece também a

individualização da intervenção educativa através do plano educativo individual (PEI) e do programa educativo (PE).

1.4 A Integração e o princípio da Inclusão

A Educação integrada é entendida como o atendimento educativo específico prestado a crianças e adolescentes com NEE no meio familiar, no jardim-de-infância, na escola regular ou noutras estruturas em que a criança ou o adolescente estejam inseridos (Correia, 1999, p.19). Neste contexto, a escola surge como espaço educativo aberto e diversificado apto a proporcionar respostas adequadas à individualidade e à diferença das crianças com Necessidades Educativas Especiais. Deste modo e segundo a filosofia de integração só se deverá recorrer às classes especiais quando as necessidades da criança não são satisfeitas num meio que inclua crianças normais, mesmo na presença de apoios de serviços suplementares.

Na década de 80 surge nos Estados Unidos da América o conceito de Inclusão, que defende a inserção do aluno com qualquer tipo de Necessidade Educativa Especial na classe regular, independentemente dos seus níveis académico e social, com o apoio dos serviços de educação especial. Segundo esta perspectiva, desde que a escola regular forneça os serviços adequados e apoios suplementares, o aluno com Necessidades Educativas Especiais (incluindo aquele com NEE moderada e severa) pode atingir os objectivos que lhe foram traçados de acordo com as suas características.

A óptica da inclusão assume que a heterogeneidade existente entre os alunos é um factor positivo, que maximiza o potencial do aluno com NEE. O conceito de inclusão advoga uma educação adequada e apropriada, que respeite as características e necessidades específicas dos alunos.

2.A integração/Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais em duas escolas

2.1 A integração de alunos surdos

2.1.1 Caracterização da deficiência auditiva

A deficiência auditiva é a incapacidade total ou parcial de audição. Se a incapacidade for total o indivíduo designa-se como surdo, podendo ser classificado como pré-linguístico (quando perde audição antes dos três anos e assim não consegue desenvolver a fala) ou como pós-linguístico (quando perde audição depois dos três anos e ainda conseguiu desenvolver a fala). Um indivíduo designa-se por hipoacústico se a sua audição, ainda que deficiente é funcional no seu dia a dia, com ou sem aparelho auditivo.

Existem quatro tipos de deficiência auditiva:

- Deficiência de condução, em que há uma dificuldade ou impedimento na passagem de vibrações sonoras para o ouvido.
- Deficiência sensório-motora, que tem origem no ouvido interno e é consequência de doenças ou malformações de origem hereditária. Também pode ser provocada por factores tóxicos, traumas ou excessiva exposição do ouvido a níveis elevados de poluição sonora. Normalmente também é designada como surdez de percepção, nervosa ou de ouvido interno.
- Deficiência mista, em que o ouvido médio ou interno sofre lesões ou alterações que lhes estão associadas.
- Deficiência central, que tem origem numa disfunção ou mal desenvolvimento das vias auditivas do sistema nervoso central.

A deficiência auditiva pode ser de dois tipos: congénita ou adquirida.

A surdez congénita pode ser consequência de factores hereditários (devido unicamente a características transmitidas pelos genes), factores pré-natais (devido a situações que ocorrem durante a gravidez, como resultado por exemplo de doenças que afectam a mãe - rubéola, toxoplasmose, etc.), e factores peri-natais (consequência de alterações durante o parto ou até às

primeiras horas de vida do bebé, como por exemplo falta de oxigénio no cérebro, peso reduzido, etc.).

A surdez adquirida é aquela que afecta as crianças com audição normal à nascença e que pode ser provocada por lesões, como por exemplo traumas acústicos devido a pancadas nos ouvidos, infecções virais (otites) ou então devido a toxicidade farmacológica, como por exemplo Ototoxicose (utilização prolongada de antibióticos).

Existem diferentes graus de surdez e como tal a surdez pode ser considerada leve, moderada, severa ou profunda.

Existem muitas diferenças entre uma criança que nasce a ouvir correctamente e a que nasce com deficiência auditiva. Uma criança sem problemas auditivos desde muito cedo começa a reagir aos ruídos sonoros que a rodeiam. Esta relação com o meio vai evoluindo e aos três/quatro meses a criança já demonstra determinadas reacções face a sons específicos. Aos cinco meses inicia um processo de interacção com a mãe, isto é compreende e reage aos diferentes sons que a mãe emite.

Com a criança que nasce surda todo este processo decorre de outra forma. A criança desenvolve uma sequência evolutiva na aquisição da sua própria linguagem: a língua gestual. No primeiro ano de vida, uma criança surda tem um comportamento igual ao de uma criança que ouve. Reflecte somente as suas necessidades e a satisfação dos seus desejos. Contudo, a partir do segundo ano de vida esta situação altera-se e muitos surdos podem torna-se rebeldes e agressivos, isto porque geralmente não conseguem dizer aos outros o que estão a sentir ou a pensar, ou então porque não percebem os que os outros lhes tentam dizer, sentindo-se assim discriminados.

É nesta altura que a rápida detecção da capacidade auditiva é fundamental, para que se facilite e favoreça deste muito cedo o desenvolvimento cognitivo da criança com deficiência auditiva.

2.1.2 Integração e Inclusão dos deficientes auditivos em classes regulares

Capa e Rego, em 1999 (in Freire e César) assumem que a inclusão dos surdos no ensino regular obriga à criação de condições que facilitem o desenvolvimento social e escolar do aluno, situação esta que passa pela sensibilização de todos os elementos da comunidade escolar e pelo desenvolvimento de um plano educativo individual, flexível e adequado a cada aluno.

Segundo Lacerda (in Freire e César) ao se incluírem alunos surdos no ensino regular é “necessário garantir a sua possibilidade de acesso aos conhecimentos que estão a ser trabalhados, além do respeito pela sua condição sociolinguística e pelo seu modo peculiar de funcionamento”.

É então importante o reconhecimento de que estes alunos necessitam de apoio específico, e assim precisam de ter acesso a apoios tecnológicos e humanos, de forma permanente ou temporária. Só assim é possível garantir o desenvolvimento escolar e social destes alunos.

2.1.3 A Unidade de Integração de Surdos

A Escola

A escola visitada foi a Escola 2,3 da Cruz de Pau, que se localiza no concelho do Seixal, na freguesia da Cruz de Pau. Esta escola foi fundada em 1990 mas só iniciou o seu funcionamento no ano lectivo de 1991/1992, somente com o 7º ano.

Ao longo dos dois anos seguinte foi sofrendo remodelações e alargamento e em 1993/1994 começa a funcionar com o 2º e 3º ciclo.

Em Maio de 2004 passou a ser a escola sede do Agrupamento de Escolas Terras de Larus. Este agrupamento comporta então cinco escolas da zona:

Escola básica do 1.º ciclo com Jardim-de-infância de Foros da Amora, Escola básica do 1.º ciclo da Cruz de Pau, Escola básica do 1.º ciclo com Jardim-de-infância Quinta das Sementes, Escola básica do 1.º ciclo com Jardim-de-infância Quinta de Santo António e Escola Básica 2,3 da Cruz de Pau.

Núcleo de Apoio Educativo: Unidade de Integração

A Escola básica 2,3 da Cruz de Pau engloba uma Unidade de Integração de surdos que começou a funcionar em 1998. Contudo, anteriormente já existia nesta escola uma estrutura denominada NACDA - núcleo de apoio a deficientes auditivos. Fomos recebidos nesta escola pela professora Elisa Simão que aceitou conceder-nos uma entrevista (em anexo).

Esta unidade de integração é uma unidade de ensino especializada em deficiência auditiva que procura dar apoio específico aos alunos com este tipo de necessidade especial, através de um acompanhamento proporcionado por terapeutas da fala e por professores.

Nesta unidade estão inseridos todos os surdos da Península de Setúbal e neste ano lectivo estão matriculados 15 alunos com deficiência auditiva, sendo que 14 deles são rapazes.

Estes alunos distribuem-se desde o 5º e 9º ano e são surdos pré e pós-linguísticos com diferentes graus de surdez (médios, severos e profundos).

Os alunos com deficiência auditiva estão inseridos em turmas regulares com um menor número de alunos. Em geral estas turmas são constituídas por 10 alunos em que, por exemplo, três são surdos e sete ouvintes. Existe ainda a preocupação de manter na mesma turma os alunos surdos que estão no mesmo ano, com o objectivo de facilitar a aprendizagem e integração destes alunos.

Adaptações escolares e Estratégias de ensino

Esta escola desenvolve para cada aluno um plano e um projecto educativo individual. No plano educativo individual figuram as características clínicas do aluno e a sua evolução escolar. No projecto educativo individual encontram-se descritas as adaptações curriculares e as estratégias de ensino adoptadas.

Ao nível dos currículos esta escola tem três tipos de currículos que são aplicados aos alunos com Necessidades Educativas Especiais e que são adaptados de acordo com as necessidades individuais de cada um destes alunos. A escola formula inicialmente um "Currículo Adaptado" de acordo com as orientações básicas do ensino propostas pelo Ministério. Se o aluno não conseguir acompanhar este currículo a escola aplica então o designado "Currículo Escolar próprio". Estes dois tipos de currículos facultam ao aluno uma certificação básica de ensino.

Por fim, o terceiro tipo de currículo, designado por "Currículo alternativo" destina-se aos alunos que não conseguiram de forma alguma acompanhar os anteriores currículos. Porém, não concede uma certificação básica de ensino.

Segundo a entrevistada esta escola procura garantir estratégias de ensino específicas e individualizadas, que no caso específico da deficiência auditiva se traduzem a nível de ensino na sala de aula e ao nível de avaliação.

Na sala de aula os professores procuram cativar e motivar estes alunos de diversas formas. Um dos exemplos fornecidos pela professora Elisa Simão é que na disciplina de Língua Portuguesa os alunos surdos lêem os Lusíadas em banda desenhada. De facto estes adolescentes têm dificuldades com a língua portuguesa na medida em que a linguagem gestual tem uma construção/arranjo sintáctico diferente.

Esta professora reconhece que também a avaliação dos alunos surdos requer algumas modificações. Por exemplo, na disciplina de Língua Inglesa os alunos surdos não podem ser avaliados na oralidade, e então realizam mais fichas de exercícios de modo à avaliação poder ser feita de outra forma. Os testes são

também elaborados com mais cuidado, uma vez que é imperativo que as perguntas formuladas sejam claras e directas, de modo a que eles compreendam o que se pretende. A entrevistada relatou-nos um episódio que aconteceu num teste de matemática em que uma das perguntas era formulada da seguinte forma: "Analise a seguinte inequação: ...". O que acontece numa situação destas é que os alunos surdos não entendem que é para resolver a inequação. As questões devem ser claras e directas e por isso esta professora auxilia os colegas das diferentes disciplinas aquando da elaboração dos testes.

Para além destas adaptações e estratégias, a escola tem como objectivo proporcionar a estes alunos a maior independência possível. Para tal, quando os alunos atingem uma certa idade, e se tiverem capacidade para tal, começam a aprender andar de transportes públicos sozinhos. Neste momento existe na escola um aluno que vai para escola de autocarro. Viajava inicialmente com uma pessoa da escola, que lhe ensinou como deveria proceder e neste momento viaja sozinha.

Professores e Apoios

Na escola básica 2,3 da Cruz de Pau as turmas de alunos com Necessidades Educativas Especiais são atribuídas normalmente apenas a professores voluntários. Estes docentes são profissionalizados mas não possuem qualquer tipo de especialização em Necessidades Educativas Especiais. Usualmente é o mesmo professor que acompanha uma turma desta natureza até ao fim da escolaridade, com o intuito de facilitar a aprendizagem do aluno com NEE.

A escola dispõe apoios da Câmara Municipal do Seixal e da Direcção Regional de Educação de Lisboa na medida em facilitam o transporte destes alunos entre a casa e a escola.

Quanto ao SASE os alunos com deficiência auditiva recebem o escalão máximo, de modo a minimizar as suas dificuldades económicas.

O Ministério da Educação permitiu a formação desta unidade, a existência de turmas mais pequenas e a possibilidade de inscrição nesta unidade de alunos surdos que não pertencem a esta área de residência.

Relação com a família

Os pais dos alunos com deficiência auditiva interagem positivamente com a unidade, visitando com frequência a escola e preocupando-se com tudo o que diz respeito aos seus filhos e à evolução que demonstram. A escola proporciona aos pais a aprendizagem da língua gestual, para que assim eles se possam sentir mais próximos dos seus filhos e também para facilitar a comunicação familiar.

Encaminhamento profissional

De modo proporcionar-lhes alguma independência e um futuro profissional, a escola encaminha estes alunos para estágios profissionais.

Estes estágios são proporcionados pela RUMO (que é uma associação que intervém na transição para a vida adulta junto dos alunos com Necessidades Educativas Especiais de carácter prolongado ou permanente, privilegiando a interacção escola/comunidade/emprego) e pela Associação de Surdos de Lisboa.

Neste momento existem alunos surdos a estagiar na Biblioteca Municipal do Seixal, onde catalogam livros e arrumam-nos nas estantes, e também a aprender jardinagem.

Sucesso ou insucesso da Inclusão destes alunos

Segundo a entrevistada estes alunos têm uma enorme facilidade de se integrarem na comunidade escolar, já que são crianças muito afectuosas e preocupadas com tudo o que as rodeia. A título de exemplo a professora Elisa

Simão mencionou que se um professor falta ou então vem triste para a sala de aula, estes alunos mostram-se sempre atentos e preocupados com a situação.

Ao nível académico estas crianças estão também muito bem integradas, existindo um nível de retenção pouco significativo. Normalmente não prosseguem os estudos, optando pelos estágios profissionais e prosseguindo no mundo do trabalho. Porém existem excepções, e de facto, neste ano lectivo existem duas crianças surdas que decidiram prosseguir os estudos e que se encontram matriculadas na Escola Secundária Manuel Cargaleiro.

2.2 Integração de alunos com Deficiência mental congénita

2.2.1 Caracterização da Deficiência mental congénita

Segundo a AAMR (Associação Americana de Deficiência Mental) entende-se por deficiência mental o estado de redução notável do funcionamento intelectual associado a limitações em pelo menos em dois aspectos do funcionamento adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho.

A deficiência mental é caracterizada por um quociente de inteligência (QI) inferior a 70, ou por um desfasamento cognitivo em relação às respostas esperadas para a idade e realidade sociocultural, segundo provas e escalas, durante o desenvolvimento infantil.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, até 1976 essas pessoas eram classificadas como portadoras de deficiência mental leve, moderada, severa e profunda. Contudo, actualmente estamos perante uma tendência que procura não enquadrar a pessoa com deficiência mental numa categoria baseada em generalizações de comportamentos previstos para determinada faixa etária. Pensa-se que o nível de desenvolvimento que o indivíduo pode alcançar

depende não só do grau de da deficiência mental, mas também da sua história de vida, com relevância para o apoio familiar.

Causas da deficiência mental

Segundo a Organização Mundial de Saúde, nos países em desenvolvimento 5% da população é portadora de deficiência mental. Apesar de ser difícil definir com precisão as causas da deficiência mental, podemos agrupá-las em 3 categorias:

- Causas Pré-Natais, que tem lugar desde a concepção até o início do trabalho de parto. Como exemplos podemos citar:

- Desnutrição materna
- Má assistência à mãe
- Doenças infecciosas como a sífilis, rubéola ou toxoplasmose
- Toxicidade derivada do alcoolismo, consumo de drogas, efeitos secundários de medicamentos, poluição ambiental ou tabagismo
- Motivos genéticos tais como alterações cromossômicas (como o Síndrome de Down e o Síndrome de Martin Bell) ou alterações génicas (como Síndrome de Williams ou esclerose tuberosa).

- Causas Peri-Natais, que tem lugar desde o início do trabalho de parto até o 30.º dia de vida do bebé. Podem ser:

- Má assistência e traumas de parto
- hipóxia ou anóxia (oxigenação cerebral insuficiente)
- Prematuridade e baixo peso
- Icterícia grave do recém-nascido – kernicterus (incompatibilidade RH/ABO)

- Causas Pós-Natais, que vão incidir desde 30.º dia de vida até o final da adolescência. Podem ser derivadas de:

- Desnutrição, desidratação grave, carência de estimulação global
- Infecções como meningoencefalites e sarampo
- Intoxicações exógenas (envenenamento) por medicamentos, insecticidas ou produtos químicos como o chumbo ou o mercúrio
- Acidentes como por exemplo choque eléctrico, asfixia ou quedas
- Infestações como a neurocisticercose (larva da Taenia Solium)

Identificação e diagnóstico

A deficiência mental pode ser detectada pela existência de um atraso no desenvolvimento neuro-psicomotor (a criança tem dificuldades em se sentar, andar e falar) e/ou pela presença de dificuldades na aprendizagem. Todavia, existem inúmeros factores que podem dificultar o seu diagnóstico, dado que factores emocionais, alterações de certas actividades do sistema nervoso, dislexia ou psicoses podem ser confundidos com deficiência mental.

Deste modo, o diagnóstico da deficiência mental deve ser feito por uma equipa multi-profissional composta por um assistente social, um médico e um psicólogo. O assistente social poderá focar-se na dinâmica de relações familiares, na situação da criança no núcleo familiar e nos aspectos sócio-culturais. Através de procedimentos clínicos o médico analisará os aspectos biológicos e o psicólogo, através observação e aplicação de testes, provas e escalas específicas, avaliará os aspectos psicológicos e nível de deficiência mental. Estes profissionais devem proceder em conjunto a uma avaliação holística do indivíduo e a um diagnóstico global. Em seguida devem definir estratégias de acompanhamento do caso e orientar a família do doente.

2.2.2 A integração de um aluno portador de deficiência mental

A Escola

A escola básica 2,3 João Villaret localiza-se no concelho de Loures e pertence ao agrupamento de Escolas João Villaret.

Nesta escola fomos recebidos pela presidente do Conselho executivo, a professora Maria Celina e tivemos oportunidade de conversar também com a psicóloga da escola, com a professora de Educação Especial e com os professores de Expressão Plástica e História e Geografia de Portugal. Em anexo encontram-se as entrevistas realizadas.

O Aluno

O aluno actualmente com 17 anos de idade é um adolescente obeso, com abulia e inibição marcadas e com descoordenação motora. Apresenta uma deficiência mental moderada e um défice cognitivo de nível também moderado (debilidade mental genética) associado a uma alteração genética num cariótipo que revelou uma alteração cromossómica.

Este défice compromete essencialmente a aquisição de competências no domínio verbal. Assim, o seu nível de linguagem é pobre, sendo o seu vocabulário restrito e pouco perceptível, o que dificulta a exteriorização dos seus sentimentos e necessidades. Comparativamente, o seu nível gráfico é mais evoluído.

Actualmente frequenta o 5º ano pela terceira vez, estando integrado num projecto com a duração de três anos, elaborado para alunos com NEE de carácter prolongado. Apesar das suas limitações é um aluno empenhado e atento e tenta realizar todas as tarefas que lhe são propostas, e de interiorizar regras. É um aluno esforçado no sentido de estar com atenção, concentração

quando o momento assim o exige, embora, o seu período de atenção, concentração e memorização seja curto.

Adaptações escolares e Estratégias de ensino

Este aluno beneficia de um currículo escolar próprio que contempla as disciplinas de Língua Portuguesa, História e Geografia de Portugal e Matemática. Devido à sua motricidade estar muito comprometida, foram-lhe proporcionados dois blocos de 90 minutos de Expressão Plástica. Os objectivos deste programa são que o aluno alcance alguma autonomia, e desenvolva a motricidade e bem como a integração/ socialização.

Actualmente o aluno frequenta as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e História e Geografia de Portugal integrado numa sub-turma que abrange também outros alunos com Necessidades Educativas Especiais. Frequenta a disciplina de Expressão Plástica que substitui a Educação Visual e Tecnológica, e Expressão musical que substitui a Educação Musical. Em todas as outras disciplinas que frequenta está integrado no Grupo Turma. Este Grupo Turma é uma turma reduzida, condição necessária à progressão nas aprendizagens.

Ao longo do ano lectivo foi desenvolvido um trabalho de interacção entre a escola e a família, que consiste na intervenção junto da família relativamente a aspectos relacionados com a estruturação do ambiente familiar (em termos de organização, equilíbrio emocional) e acompanhamento e estimulação da aprendizagem do aluno, promovendo o desenvolvimento da sua autoconfiança.

A avaliação foi adaptada, beneficiando de condições especiais de avaliação nomeadamente, adaptações curriculares, testes diferenciados e mais tempo para a sua execução.

O aluno também é acompanhado por uma auxiliar especializada, pertencente à CRECIL, pela psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação e por uma professora especializada em educação especial.

Relação com os professores e colegas

Os professores desta escola não possuem qualquer tipo de formação relativamente a crianças com Necessidades Educativas Especiais.

Durante a visita à escola tivemos a oportunidade de entrevistar dois professores do aluno que o acompanham diariamente: o professor de História e Geografia de Portugal e a sua professora Expressão Plástica.

As aulas com a professora de Expressão Plástica são individuais e inicialmente a professora observou que o aluno denotava dificuldades significativas na comunicação e verbalização. Para ultrapassar este problema, procurou proporcionar-lhe mais atenção e falar mais pausadamente. Nas aulas desta disciplina, muitas vezes os objectivos não são atingidos e verifica-se uma desconcentração elevada por parte do aluno. Em termos escolares a professora observa uma certa estagnação acerca de 6 meses. Contudo, esta professora notou melhorias significativas no comportamento do aluno, uma vez que se tornou numa criança mais aberta e capaz de exteriorizar os seus sentimentos.

Este aluno assiste às aulas de História e Geografia de Portugal em conjunto com outros colegas. A maior dificuldade que este professor aponta no seu relacionamento com o aluno é a nível da comunicação. Relativamente a estratégias adoptadas na sala de aula, dado que se verificam grandes dificuldades na recepção da informação, este professor adoptou uma estratégia baseada num acompanhamento contínuo do aluno. Inquirido relativamente à evolução do aluno, este docente afirma que tendo em conta os recursos materiais e humanos, este aluno manifestou uma evolução positiva a nível emocional e psicológico. Contudo, em termos escolares o professor considera que o aluno se encontra estagnado, sem autonomia na realização de tarefas, havendo também uma renúncia relativa à realização de trabalhos novos.

Relação com a família

O aluno está inserido num ambiente familiar estável e equilibrado e a família (principalmente a mãe) acompanha na medida do possível o seu desempenho escolar com interesse.

Encaminhamento profissional

De futuro pretende-se que o aluno ingresse um curso de Educação e Formação T1, na área da Jardinagem.

Sucesso ou Insucesso da inclusão do aluno

Quando chegou a esta escola, este aluno não conseguia ser autónomo, necessitando de acompanhamento constante, fornecido neste caso pelo irmão mais novo. Era uma criança infeliz e com escassas capacidades de orientação, linguagem e verbalização.

Na apreciação global das várias disciplinas, o aluno, manteve um nível bom no interesse, sentido de responsabilidade e na participação e cooperação e na realização das tarefas propostas, estabelecendo uma boa interacção com o seu grupo de trabalho e no relacionamento com os adultos.

No campo sócio-afectivo, o aluno melhorou a sua auto-estima. Apresenta uma boa interiorização bem como um bom cumprimento das regras. É um aluno assíduo, pontual e com um comportamento social exemplar.

O aluno apresenta progressos no relacionamento com colegas. Relaciona-se facilmente com os adultos mas tem dificuldade em interagir com os seus pares. Consegue orientar-se sozinho fora e dentro da escola e é capaz de se responsabilizar pelos seus objectos pessoais.

A nível académico estamos perante um período de estagnação e inércia.

Conclusão

Actualmente é proporcionada aos alunos com Necessidades Educativas Especiais uma educação mais adequada às suas características individuais. Nas duas escolas visitadas verificou-se que a integração/inclusão destes alunos nas turmas regulares trouxe vantagens para estas crianças. De facto, na Escola Básica 2,3 da Cruz de Pau é seguro dizer que a integração de crianças surdas trouxe benefícios, quer a nível escolar quer a nível social. Relativamente ao aluno em estudo na Escola Básica 2,3 João Villaret, observaram-se progressos nos campos emocional e social. A nível escolar os resultados não são os melhores mas são os esperados face aos problemas deste aluno.

Assim e pelo que nos foi dado a conhecer, ambas as escolas estão relativamente bem preparadas para receber estes alunos e desenvolvem esforços continuados no sentido de lhes proporcionar o melhor desenvolvimento possível.

Em contacto com esta realidade e como frequentamos um curso de ensino, consideramos importante desenvolver estratégias de ensino capazes de motivar e ajudar os alunos com Necessidades Educativas Especiais. O professor deve ser capaz de incrementar actividades de ensino individualizado, acompanhar eficazmente os outros elementos da turma e promover a interacção entre todos os alunos. Contudo, o professor, não sendo especializado em NEEs, desconhece muitas vezes as implicações destas problemáticas na aprendizagem e não consegue prestar o apoio apropriado a estes alunos. Deverá então existir um esforço por parte da comunidade escolar, em especial por parte dos docentes na promoção da integração das crianças e adolescentes com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular para que esta se processe de um modo salutar.

Depois da análise dos dois casos em estudo e de alguma reflexão sobre esta temática consideramos que a inclusão pode favorecer o desenvolvimento sócio-cognitivo das crianças com NEE. Porém, a inclusão resulta somente quando a escola está preparada e oferece as condições humanas e físicas necessárias

para a integração destes alunos. Aquando da inserção destes alunos na classe regular os seus direitos devem ser salvaguardados e as suas características e necessidades individuais respeitadas.

Também na escola regular as crianças e adolescentes com NEEs desenvolvem relações interpessoais com a comunidade e aprendem a viver integrados. Assim, a integração também pode trazer vantagens para a comunidade educativa na medida em que se aprende a viver com a diferença e a aceitá-la.

Fontes consultadas

- CORREIA, L.; "Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares."; Porto Editora; Porto, 1999.
- FREIRE, CÉSAR; "Escola inclusiva: Percursos para a sua concretização" <http://cie.fc.ul.pt/membros/mcesar/textos%202001/Escola%20inclusiva.pdf> (consulta em Maio de 2006)
- <http://www.granvox.com.br/informativo.htm> (consulta em Junho de 2006)
- <http://www.eps-cruz-pau.rcts.pt/index.htm> (consulta em Maio de 2006)
- http://www.biosound.com.br/informacoes_causasdasurdez.htm (consulta em Maio de 2006)
- <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?402> (consulta em Maio de 2006)
- <http://www.entreamigos.com.br/textos/defmenta/defmetnova.htm> (consulta em Junho de 2006)
- <http://www.geocities.com/oribes/defimental.htm> (consulta em Junho de 2006)
- <http://www.efdeportes.com/efd54/integra.htm> (consulta em Maio de 2006)
- http://www.educare.pt/NEDESP/N_artigosnees.asp (consulta em Maio de 2006)
- http://www.educare.pt/NEDESP/N_artigosnees.asp?fich=NED_20050323_2642 (consulta em Maio de 2006)
- http://www.educare.pt/NEDESP/N_artigosnees.asp?fich=NED_20050921_2644 (consulta em Maio de 2006)
- <http://www.educare.pt/pdf/Estruturaoprogramaseducativos.pdf> (consulta em Maio de 2006)

Anexos

Entrevista à professora Elisa Simão, responsável pela unidade de integração de surdos da Escola Básica 2,3 da Cruz de Pau

1. Em que consiste a Unidade de Integração de Surdos?

Esta unidade de integração recebe todos os surdos da península de Setúbal. A unidade tem sido criada pelo despacho 7520/ 98 de 6 de Maio e começou a funcionar no ano lectivo 1998/ 99 mas, antes havia uma estrutura que eram os NACDA- Núcleos de apoio a deficiência auditiva que penso que surgiram nos anos 80 do século passado

Neste ano lectivo (2005/2006) estão matriculados 15 alunos entre 5º e 9º ano, em que três são meninas. Temos alunos com diferentes graus de surdez: Médios, Severos, profundos. Também temos surdos pré-linguísticos (quando a surdez aparece antes dos 3 anos. Não tem noção do som) e pós-linguísticos (conseguem desenvolver a língua).

2. Os alunos com esta necessidade educativa especial inserem-se numa turma regular?

Inserem-se numa turma normal, normalmente em turmas de 10 alunos. Tentamos manter os surdos do mesmo ano em conjunto por isso normalmente o que acontece é que temos por exemplo uma turma de 10 alunos em que 7 são ouvintes e 3 são surdos. Preferimos agrupar os surdos uma vez que eles partilham o mesmo tipo de linguagem: linguagem gestual.

3. Que tipo de adaptações curriculares são realizadas?

O currículo é alterado de acordo com as características dos alunos porque além dos diferentes graus de surdez existem alunos nesta unidade com outros problemas associados (ex. paralisia)

Em primeira instância utilizamos um "Currículo adaptado" de acordo com orientações das organizações nacionais. Se a criança não conseguir acompanhar mudamos para o "Currículo escolar próprio". Ambos dão certificação de escolaridade básica. Se nenhuma das modificações curriculares

mencionadas resultar então adoptamos um “Currículo alternativo” que não dá certificação de escolaridade básica.

4. E que estratégias são adoptadas na sala de aula?

Cada aluno tem um Plano educativo individual e um projecto educativo individual.

As adaptações feitas são direccionadas a cada criança por isso não existem estratégias pré-definidas. As estratégias adaptam-se a cada situação e à respectiva evolução.

A avaliação é normalmente modificada. Por exemplo na aprendizagem de uma língua estrangeira um aluno surdo não pode ser avaliado na componente da oralidade. Por outro lado as perguntas dos testes não devem ser demasiado complexas. Devem ser claras e directas porque a linguagem gestual não tem uma correspondência directa com o português. Outro exemplo de uma estratégia adoptada no ensino da Língua portuguesa, é a utilizada durante o ensino dos “lusíadas”, em que são fornecidos os Lusíadas em banda desenhada. A escola procura também ajudá-los a tornarem-se independentes. Por exemplo costumo ensiná-los a andar de transportes públicos sozinhos.

5. E os professores destes alunos têm formação adequada?

Não. As turmas de surdos são atribuídas, salvo raras excepções, unicamente a professores voluntários. Normalmente são até os mesmos professores que ficam com as turmas de surdos. Quando necessário está presente uma intérprete. Estas crianças normalmente lêem bem nos lábios.

6. Estes alunos integram-se bem no ambiente escolar?

Esta integração é facilitada devido ao facto de eles estarem inseridos nesta comunidade.

- Nível social:

São crianças que se integram com grande facilidade. São muito afectivas e preocupadas.

- Nível académico:

A nível escolar não há muitas retenções. Normalmente conseguem terminar sem problemas a escolaridade obrigatória. Existem casos de alunos surdos que continuaram a estudar na escola Secundária Manuel Cargaleiro (3 casos passaram para o secundário o ano passado).

(estes alunos vêm da Escola básica 1º ciclo quinta de santo António)

7. Como é a relação com os colegas, professores e demais funcionários da escola?

Dão-se bem com todos. São crianças extremamente afectuosas e simpáticas. Preocupam-se com os professores. Nunca tivemos problemas de indisciplina.

8. E depois do básico estes alunos são encaminhados para alguma profissão? São indicados para estágios profissionais. Temos uma parceria com a RUMO (responsabilidade de estágios) e com Associação de Surdos de Lisboa.

9. Esta escola usufrui de algum apoio financeiro?

As câmaras e a DREL encarregam-se do transporte destes alunos e todos tem SASE de escalão 1.

O Ministério deu apoio na fundação da unidade de integração. Legalmente permite a existência de turmas mais pequenas e que estes alunos se possam matricular fora da área de residência.

10. Os pais destes alunos participam na vida escolar dos seus filhos?

Um filho com necessidades educativas especiais acarreta um desgaste permanente. Pela minha experiência há normalmente um dos pais que aceita e apoia e outro que se afasta. Os pais interagem beneficemente com a unidade. Aparecem na escola com frequência e procuram aprender linguagem gestual.

11. O que pensa acerca da integração de alunos com NEE no ensino regular? Porquê?

Eu penso que é a única opção possível. Depois da escola não há um mundo só de pessoas com NEE, logo a escola tem que ser próxima do modelo de

sociedade em que estes alunos irão ser integrados. Na frequência da escola regular os alunos com NEE tem acesso ao currículo formal, mas também há um currículo informal que estes alunos aprendem nas várias relações que desenvolvem com todos os elementos da comunidade educativa. Neste currículo tem como competência fundamental aprender viver integrado.

Para a comunidade educativa em geral e em especial para os outros alunos sem NEE é também importante frequentarem a escola com estes alunos, pois ensina a viver com a diferença e aceita-la. Só assim poderemos vir a ter sociedades mais inclusivas no futuro.

Escola básica 2,3 João Villaret

Entrevista a:

Psicólogo / Professora do Ensino Especial

1. Qual o tipo de acompanhamento proporcionado a este aluno neste estabelecimento de ensino?

O aluno é acompanhado por uma auxiliar da CREACIL, por uma psicóloga do Serviço de orientação e Psicologia e por uma professora especializada em educação especial. O acompanhamento é pontual.

2. Como avalia a integração do aluno na escola?

O aluno integrou-se bem no ambiente escolar, construindo um sentimento de bem-estar e felicidade perante a escola.

3. Que sentimentos o aluno desenvolveu pelo ambiente escolar em que está inserido?

Sentimentos de alegria, bem-estar, felicidade

4. Os professores possuem alguma formação adequada?

Não

5. Como é a relação deste aluno, com os colegas, professores e demais funcionários da escola?

Este aluno teve uma evolução muito positiva uma vez que era um aluno muito fechado, muito infeliz e que necessitava sempre do acompanhamento do irmão. Hoje em dia ele é feliz, gosta da escola, tem uma relação com os professores, colegas e auxiliares e já não necessita do acompanhamento do irmão.

6. Depois do básico estes alunos são encaminhados para alguma profissão?

Este aluno no final deste ano lectivo vai ser encaminhado para um curso de educação e formação T1, no ramo da jardinagem.

7. Os pais deste aluno participam na vida escolar do seu filho?

A mãe principalmente. São pessoas de poucos recursos mas muito agradecidas pelo trabalho feito com o aluno.

Professores

1. Quais as dificuldades encontradas na sua relação professor-aluno?

Professor de História e Geografia de Portugal – Existe uma boa relação entre mim e o aluno. A maior dificuldade encontrada foi na comunicação e verbalização. Era um aluno que necessitava de muita atenção.

Professora de Expressão Plástica – A maior dificuldade encontrada, tal como o professor de História foi na comunicação e verbalização. A estratégia encontrada por mim, foi falar mais pausadamente. O aluno inicialmente desconcentrava-se muito facilmente e os objectivos geralmente não eram cumpridos.

2. Que estratégias e recursos adoptou para se adaptar a este aluno? Acha que estão a ser benéficas?

Professor de H G P – Não existe nenhuma estratégia em particular. Adoptei algumas medidas consoante o trabalho que fui realizando, nomeadamente, o

trabalho individualizado, mais virado para o aluno. Há que ter uma particular atenção a esta criança, uma vez que há a dificuldade de recepção da informação por parte dela. Uma outra medida tomada foi a persistência e a repetição.

Professora de E P – as estratégias adoptadas foram, falar mais devagar e tal como o professor a repetição.

3. Na sua opinião pessoal que outras medidas podiam ser tomadas pela escola para melhorar a qualidade de ensino destes alunos? Como se encontra o aluno actualmente?

Professor de HGP – com os recursos disponíveis e materiais que a escola oferece, o aluno teve uma boa evolução. Existe uma boa relação professor e aluno. Actualmente a aprendizagem está estagnada, havendo uma rejeição por parte do aluno pelos trabalhos já realizados e pelos trabalhos novos com maior nível de aprendizagem.

Professora de EP – a escola oferece todo o apoio possível, contudo existem uma grande falta de recursos humanos. Também encontro a aprendizagem deste aluno estagnada, mas a nível emocional, existem umas grandes melhorias, tanto nos seus sentimentos como na sua relação com os outros.

Presidente do conselho pedagógico

1. Que adaptações curriculares a escola teve que adoptar de modo a facilitar a aprendizagem destes alunos?

Adaptação de um currículo escolar próprio que contempla as disciplinas de português, educação musical, que foi substituída por expressão musical, EVT que foi substituída por expressão plástica, história, que foi substituída por estudo do meio. Os objectivos deste currículo são o alcance de autonomia, o desenvolvimento da motricidade e a socialização/ integração.

2. Quais os apoios/ medidas do estado disponíveis para a facilitação da integração destes alunos?

Os apoios financeiros são poucos. Contudo o aluno tem o apoio duma auxiliar da CREACIL.

3. Como é feita a inserção destes alunos nas turmas? Existe alguma turma especial, com número reduzido de alunos, ou ele apenas é inserido numa turma normal?

As disciplinas contempladas pelo currículo escolar próprio o aluno frequenta-as numa sub-turma com outras crianças com NEE. As restantes disciplinas frequenta com o grupo turma. Esta turma também possui algumas adaptações uma vez que é de número reduzido. A avaliação também é adaptada uma vez que há testes diferenciados e um maior tempo para a sua realização.